

## Políticas públicas, gastos sociais e necessidades humanas. Liberais, keynesianos e marxistas, em confronto, hoje

LUIZ GIANI\*

**Resumo:** Entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, despontou um debate crucial: acumulação do capital e miséria. A acumulação impede a canalização da riqueza para as necessidades de quem a produz, os trabalhadores. Confirmando a hipótese que orienta o estudo, há vertentes do pensamento, nas análises e opiniões veiculadas no jornalismo econômico, que apontam para o fato de que políticas e gastos sociais públicos vem sendo priorizados, sem que, para tanto, seja desatado o nó que atrela a precariedade de vida dos trabalhadores ao crescimento econômico. Devido à irrisória ou inexistente tributação do capital patrimonial e rentista, persiste o estrangulamento do custeio das políticas públicas e programas sociais. A forma iluminista de avanço do progresso e tecnologia é cada vez mais desmitificada, com sua vocação para a barbárie estampada na face, quando os limites insuportáveis de exploração do trabalho e da acumulação do capital são questionados pela própria produção da abundância. Uma vertente auto-intitulada “progressista” aponta a redistribuição da riqueza, a equidade, como fundamento para o crescimento econômico, contra a vertente conservadora e o velho princípio dominante de que impostos mais altos para os ricos e assistência ampliada aos pobres prejudicam o crescimento. Tais reflexões são postas sob a mira da crítica radical da economia política, quando a Teoria Crítica recorre aos “Manuscritos de 1844”, de Marx, interpretados por Marcuse.

**Palavras-chave:** Conjuntura; Expropriação do trabalho; Acumulação do capital; Estranhamento; Teoria Crítica.

*Public policies, social spending, and human necessities. Liberals, Keynesians, and Marxists in confront nowadays*

**Abstract:** Among “jornadas de junho” of 2013-2014 a crucial debate emerged: capital accumulation and poverty. Accumulation prevents canalization of wealth to necessities of the ones who produce it, the workers. Confirming the hypothesis that guides the study, there are two pillars of the thought, in the analysis and opinions present at economic journalism, which point to the fact that policies and public social spending have been being highlighted without solving the problem that the economic growth is linked to workers’ precarious living conditions. Due to derisory or inexistent taxing of patrimonial and income capital, social programs and public policies suffer financial bottleneck persistently. The Enlightenment way of progress and technology is more and more demystified, with its vocation for barbarism, when unbearable limits of work exploitation and capital accumulation are questioned by the abundant production itself. A pillar self-titled as “progressive” points wealth redistribution, equity as foundation to economic growth, against the conservative pillar and the dominant old principle that higher taxes to the rich and wider assistance to the poor harm the growth. Such reflections are under the scrutiny of radical criticism of economic policy, when the Critical Theory turns to Marx’s “Manuscripts of 1844”, interpreted by Marcuse.

**Key words:** Conjuncture; work expropriation; Capital accumulation; Strangeness; Critical Theory.



\* LUIZ ANTÔNIO AFONSO GIANI, Mestre em Sociologia (Unicamp), Doutor em história (Unesp) e Pianista (UFRJ), é professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais (UEM).

*Ora, em todos os Estados existem três elementos: uma classe é muito rica, outra muito pobre, e uma terceira está em posição média. Sabe-se que a moderação e a média são melhores, e portanto é evidentemente melhor possuir com moderação os bens de riqueza; pois é nessa condição de vida que os homens estão mais prontos a seguir o princípio racional. Mas aquele que se coloca muito alto em beleza, fôrça, nascimento ou riqueza, ou, ao contrário, é muito pobre, ou muito fraco, ou muito infeliz, acha difícil seguir o princípio racional. No caso desses dois, um tipo se desenvolve em grandes e violentos criminosos, e o outro em trapaceiros e canalhas.*

**Aristóteles**



Platão e Aristóteles, detalhe de "Academia de Atenas", de Rafael

Se Platão, antes de tudo, prioriza a metafísica, Aristóteles defende a política, que cuida da cidade-estado e a moral social. O quadro de

Rafael retrata Platão apontando para cima, o plano espiritual, enquanto Aristóteles acena para baixo, a realidade sensorial, do prazer, honra e riqueza. Embora justificasse a escravidão, Aristóteles atribuía ao Estado a finalidade da virtude, a responsabilidade pela formação moral do cidadão, tendo em vista o objetivo coletivo, o bem comum. Ele recomenda a moderação, na sociedade fundada em extremos de riqueza e pobreza, como condição da racionalidade, para inibir a violência entre os homens e possibilitar o bem viver individual e coletivo. É um conceito moral, sob o modo de produção da sociedade antiga escravista, que não continha os elementos econômicos que, resultantes da transformação histórica, só seriam gerados pelo capitalismo, cujo fundamento é a compra da força de trabalho e a acumulação e concentração

do capital. Somente, a gênese das classes operária e capitalista-industrial permitiria à economia clássica liderada por Adam Smith inaugurar a teoria da acumulação e a Marx, construir a teoria da exploração da mais-valia.

Os estudos de economia política avançaram a partir de algumas vertentes da obra de Smith. Porém, nem todos os estudos subsequentes deram continuidade à teoria da acumulação. Se a acumulação do capital mereceu destaque, entre as vertentes da economia clássica, o mesmo não aconteceu com a economia política pós-ricardiana, que Marx chamou de "vulgar" e da qual foi banida a teoria da acumulação. Esta teoria, por um longo tempo, foi ignorada por todos, exceto pelos marxistas. Marx e seus seguidores destacaram tanto a natureza revolucionária do capitalismo, pelo desenvolvimento das forças produtivas e superação da sociedade feudal, quanto a opressão do capital sobre os trabalhadores. Além da crítica marxista da economia política, a teoria da acumulação foi revivida por Keynes e pós-keynesianos, entre outros. Entre as correntes da economia política persiste o antagonismo entre, de um lado, a defesa da intervenção estatal para a promoção do bem-estar social, e, de outro, o clássico equacionamento liberal do bem individual com o bem público, contra a intervenção do Estado e contra

os argumentos de Keynes contrários à natureza auto-reguladora da economia (DESAI, 1988).

A clássica questão da acumulação e concentração do capital vem à tona, com a divulgação do artigo de Paul Krugman, “O Pânico sobre Piketty” (KRUGMAN, 25.04.2014), originalmente publicado no “*New York Times*”. A proposta de Krugman, na trilha de Thomas Piketty (Escola de Economia de Paris), é de tributar o capital, para diminuir a desigualdade social e contribuir para o crescimento econômico. Krugman (prêmio Nobel de Economia, 2008), não sendo marxista, mas, sabendo que desigualdade e pobreza estão diretamente relacionadas com o processo de acumulação do capital, persegue uma saída “progressista” para o combate à desigualdade social, uma vez que os pólos da desigualdade estão se afastando. Sua tese é de que uma desigualdade social elevada prejudica o crescimento.

Neste segundo ensaio, como parte da série voltada para os impactos econômicos sobre as políticas públicas, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, partimos da questão levantada por Krugman e o debate sobre a mesma.

O crescimento do capital resulta da exploração do trabalho. “Capital é trabalho acumulado”, já dizia Smith. Na conjuntura brasileira, os privilégios concedidos ao capital são gigantescos, desde os lucros advindos da exploração da força de trabalho até os mais diversos benefícios fiscais – como as desonerações tributárias e a não tributação do capital patrimonial e rentista – e as elevadas taxas de juros, entre as mais altas, em nível mundial. A tributação mundial desses capitais, em outros termos, do “1% mais rico” da sociedade, é, na visão de Piketty e

Krugman, um modo de “ajuda aos pobres”, de equidade e, ao mesmo tempo, de fazer crescer a economia.

Resultados parciais da pesquisa, em torno das opiniões e análises político-econômicas veiculadas pela “Folha”, na conjuntura entre as “jornadas de junho”, tendem a confirmar a hipótese de que as políticas públicas voltadas para a classe-que-vive-do-trabalho estão sendo priorizadas, mesmo que tenha se esgotado o recente ciclo de prosperidade, ao qual sucede a atual queda do crescimento, que alguns entendem como estagflação, estagnação com inflação. Uma vertente do pensamento econômico aponta para o período recente de preservação e/ou expansão contínua do gasto social público, desde 1991 ao momento atual. Nesse período de duas décadas, a política econômica nacional preservou os gastos sociais e, na necessidade de ajuste fiscal, lançou mão de instrumentos como o aumento da receita e o corte de investimentos (PESSÔA, 17.08.2014, p. B13). Mesmo que alguns críticos atribuam à “nova matriz econômica” a causa maior da desaceleração da economia, na conjuntura sob o governo Dilma, há uma tendência ao consenso em torno da necessidade de continuidade da política social. No entanto, no colonialismo econômico da “Folha”, entre as referidas “jornadas”, predomina a priorização da problemática da condução da economia nacional e permanecem em segundo plano as políticas e programas sociais, nas relações entre economia e desigualdade social. Aqui, preocupamo-nos, fundamentalmente, com os antagonismos sociais ocultados pelo debate. Nossa premissa é de que a impossibilidade de se atingir a eficiência e eficácia do atendimento às necessidades das classes trabalhadoras

decorrem do processo de expropriação do trabalho e acumulação do capital. As políticas públicas e respectivos gastos sociais estão represados pelos antagonismos sociais que a economia de mercado gera e agrava, a economia política discute e a política econômica tenta minimizar.

### O debate sobre “ajuda aos pobres” e tributação do capital

O debate atinge seu ponto alto quando as análises, críticas, reportagens e entrevistas tocam na questão da acumulação do capital e na necessidade de tributá-lo, sob o argumento do combate à “desigualdade”, promoção da “equidade social” e aumento do crescimento. A proposta que mais provocou “pânico”, em nível mundial, resultou da pesquisa coordenada por Piketty. Na “Folha”, a matéria mais densa sobre a obra de Piketty e sua proposta de tributação do capital foi a de Krugman, dividida em várias seções e páginas do diário (KRUGMAN, 26.04.2014, p. 2, 4 e 5).

Para os mais conservadores, contenção dos salários, demissões de trabalhadores, cortes nos gastos públicos e não intervenção do Estado na economia são variáveis importantes para o fortalecimento da economia e crescimento do PIB. Na defesa do emprego, gastos públicos nas áreas sociais e intervenção estatal, aproximam-se keynesianos e marxistas. Após a publicação do primeiro artigo de Krugman e o início dos debates, a presidente Dilma, em um de seus pronunciamentos, pela TV, apontou para a diminuição da desigualdade social, no último decênio, e ressaltou que a conclusão de Piketty não se aplica ao caso brasileiro. A presidente usou a expressão “todos ganham”, que pode ser

entendida como referência clara à remuneração simultânea do capital e do trabalho, bem como a todos os segmentos dos chamados “excluídos”, que vêm sendo retirados, progressivamente, da miséria absoluta e da pobreza, pelos diversos programas sociais de Estado e a política de valorização dos salários e do emprego. Em um próximo ensaio, abordaremos a falta de dados do IBGE sobre o “1% mais rico” – objeto de comentário de Piketty sobre o caso brasileiro – o que impossibilita a confirmação de que tenha diminuído o abismo da desigualdade.

Se a miséria vem diminuindo, na sociedade brasileira, o mesmo não se pode afirmar sobre a acumulação e concentração do capital. Em outras palavras, a importância da superação da miséria está em salvar vidas e proporcionar condições mínimas de existência, porém, isto não impede que os antagonismos sociais continuem crescendo, mesmo que a conjuntura acuse uma retração do crescimento econômico e uma queda na taxa de acumulação do capital. Enfim, caso esteja ocorrendo uma diminuição no ritmo de expansão da taxa de lucro e acumulação do capital, isto não significa, necessariamente, que o abismo entre os dois pólos esteja diminuindo. Se o *quantum* de miséria diminui, o *quantum* de capital, infinitamente maior, continua em expansão, mesmo que a taxa de acumulação cresça mais devagar, em determinadas conjunturas. Mesmo quando “todos ganham”, isto não significa que a desigualdade esteja diminuindo, uma vez que o paradigma sociológico do antagonismo social reside menos no *quantum* de miséria que está sendo erradicada e mais na contradição entre os salários dos trabalhadores e o *quantum* do capital

acumulado. Essa contradição não é afetada, em sua essência, mesmo que Estado imponha ao capital patrimonial e rentista transferências de parcelas de sua riqueza expropriada para o bem-estar coletivo. Independentemente do nível de vida dos trabalhadores, seja na pobreza, seja na abundância oferecida a camadas cada vez amplas de trabalhadores, o capital abocanha, historicamente, um bolo monstruoso e crescente da riqueza. Em tempos de quebradeira, explosão de “bolhas” e recessão, as possibilidades lucrativas costumam ser as mais cobiçadas pelos “abutres” financeiros? Não é isto que a realidade mostra?

O apelo de Krugman, na imprensa internacional, pela relação positiva entre a “ajuda aos pobres” e o crescimento econômico, nos leva à suspeita em torno de uma possível mistificação, astúcia sedutora e enganosa, contida no projeto do capitalismo tardio pela erradicação da desigualdade. Será mais uma armadilha histórica, do tipo dar com u´a mão e tirar com a outra? Se o aumento da “equidade social” for, realmente, um fator de crescimento econômico, isto significa que os pobres ficarão menos pobres e os ricos, menos ricos? Não. Se a proposta “progressista” significa que os pobres ficarão menos pobres, pode-se contra-argumentar que quanto mais os trabalhadores são beneficiados, mais eles alavancam a riqueza gerada pela exploração de sua força de trabalho e mais pauperizados eles ficam, sem que os ricos fiquem menos ricos. Eliminar a pobreza, entre outras formas de “ajuda aos pobres”, pode, sim, gerar mais crescimento econômico. Porém, confirmará a tese de que a economia de mercado culminará no estado de harmonia, um velho sonho dos fundadores da economia clássica?

A proposta de Krugman toca nos efeitos da propriedade, mas não toca na essência da propriedade privada e da acumulação. Colocada em prática, hoje, conta com precedentes históricos, como os que possibilitaram o fortalecimento do Estado americano de Bem-Estar, quando pesados tributos foram impostos ao capital rentista, em uma era de prosperidade, após a segunda guerra mundial. O apelo de Krugman e Piketty parece abrir uma estratégia inédita na economia política, no sentido de abandonar a velha concepção de que uma certa dose de desigualdade seja necessária ao funcionamento da economia de mercado. Trata-se de retirar da pauta da economia política um elemento, até então, intrínseco, necessário, *sine qua non*, do crescimento? Krugman afirma que, na política dos Estados Unidos, há mais de três décadas, um acordo vem envolvendo “quase todo mundo”, em defesa do avanço econômico, contra os impostos mais altos para os ricos e a assistência ampliada aos pobres (KRUGMAN, 09.08.2014, p. B6). Como é possível romper tal acordo, de interesse maior do capital, nesta guerra em que o capital se nega a financiar o bem-estar coletivo e que os economistas vêm chamando de “vingança do rentismo”? Esta “vingança” é uma resposta ao período anterior, de tributação sobre o capital para financiamento do Estado de bem-estar, nos Estados Unidos. Como pode o capitalismo tardio romper com sua própria dialética, negar-se a si mesmo, especialmente, quando a desaceleração e recessão batem às portas? Seu ideal de equidade não será uma ilusão? Caso o Estado aplique a tributação ao capital e promova a suposta equidade, “ajuda aos pobres”, a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores não estará ocultando uma expansão real do

antagonismo entre a venda da força de trabalho e a acumulação e concentração do capital? A melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores não continuará sendo uma alavanca, ainda mais eficiente, da acumulação e concentração da riqueza expropriada?

A economia brasileira apresenta, entre as “jornadas de junho”, avanços na defesa do emprego e gastos sociais, no momento em que a crise mundial e políticas de austeridade atingiram duramente a população européia, como na Espanha, onde a metade da juventude foi confinada no desemprego. No entanto, as atuais ações governamentais pelo “pleno” emprego, defesa dos salários e preservação dos gastos sociais, estão ainda distantes de um programa de controle e tributação do capital patrimonial e rentista, como sugerido no estudo de Piketty, *“Capital in the Twenty-First Century”*, resenhado por Krugman. Endossando a “abrangente e magnífica meditação sobre a desigualdade”, Krugman divide sua resenha em três seções: “O Capital... ’ revoluciona idéias sobre desigualdade”, “Política pública pode fazer diferença para deter desigualdade, defende Piketty” e “Riqueza tende a se concentrar, diz livro” (KRUGMAN, 26.04.2014, p. 2, 4 e 5). Desde as jornadas de junho de 2013 até fins de agosto de 2014, nenhum projeto radical de tributação do capital patrimonial e rentista foi formulado, nos discursos oficiais, nem nos programas de política econômica dos atuais candidatos majoritários à eleição presidencial. Os antagonismos sociais, mesmo que nas “jornadas de junho” predominem segmentos e grupos sociais minoritários, como os do “Passe livre”, “Black bloc” e “Sem teto”, continuam desafiando o regime econômico, as políticas sociais e os debates. Enquanto, de um lado, as manifestações de rua

exigem mais e mais gastos sociais, no atendimento a necessidades fundamentais dos trabalhadores, de outro, as exigências de controle e cortes de gastos, ajustes fiscais, apertos (medidas impopulares) vêm do empresariado, quando este tem portas abertas para a exploração do trabalho e acumulação de todos os tipos de capital, com benefícios e vantagens especiais, isenção de impostos, desonerações fiscais, incentivos e créditos fáceis, injeções de investimentos oficiais e juros altíssimos (selic a 11%). Cada acréscimo da conta de juros e seus efeitos negativos sobre a dívida pública e o déficit primário é uma sanguessuga que exaure a receita pública e, conseqüentemente, a capacidade de sustentação dos gastos sociais. A armadilha em que está presa a economia foi bem lembrada por Belluzzo, em dezembro de 2013, ao usar a metáfora da “camisa de sete varas” que está paralisando a nação. Os problemas relacionados a fisco, câmbio e juros são interligados e expressam, na conjuntura atual, um “enrosco” que prejudica a nação. “O governo está perdendo a batalha ideológica e política para o mercado financeiro”, diz Belluzzo, e o mais beneficiado é o mercado financeiro:

A questão essencial é a interrelação entre essas três dimensões: a fiscal, a monetária propriamente dita, a política de juros, e o câmbio. (...) No Brasil, quem se beneficia é quem faz arbitragem com câmbio e juros, todo mundo que tem capacidade financeira e articulações fora do Brasil para fazer isso. As empresas pegam seu caixa e fazem posição no mercado futuro de juros e câmbio. (...) Há esse enrosco do câmbio, crescimento e juros. A política fiscal poderia facilitar a política de juros, se houvesse uma situação fiscal mais estabilizada.

(BELLUZZO, in LUCENA, 29.12.2013, p. A17)

Krugman, no tom agressivo do artigo publicado em abril/2014, direcionava ataques contra a “direita” e sua “falta de idéias” (KRUGMAN, 25.04.2014) e, quatro meses depois, em análise precisa e fria, desmontou a velha economia política de poupar e crescer para, depois, repartir. No artigo “Desigualdade elevada prejudica crescimento”, ele defende a tese de que a eliminação da pobreza favorece o crescimento econômico (KRUGMAN, 09.08.2014, p. B6). A velha “lei”, ortodoxa, que sempre imperou como verdade, reza que eliminar a pobreza é um entrave ao crescimento ou, em outras palavras, que o crescimento exige privações e sofrimentos às classes trabalhadoras, incluindo cortes nos gastos sociais públicos, como forma de poupança, para a retomada do investimento. O próprio mestre Krugman percebe isso e confirma: “é fato que economias de mercado precisam de certa dose de desigualdade para funcionar” (*idem*). Assim, é sempre a desigualdade, contra os trabalhadores, que paga o preço do crescimento. Não terá o mestre relativizado em demasia? Por quê não foi mais realista, quando poderia ter dito que a economia de mercado precisa - para funcionar - de elevada dose de barbárie, numa ponta, gerando expropriação do trabalhador e miséria, e, noutra ponta, gerando acumulação estratosférica do capital (capital é trabalho acumulado), inclusive, alimentando-se do próprio capital, no processo de capital que devora capital, e de todo tipo de rapina e gangsterismo financeiro?

Discursos sobre a necessidade de eliminação da fome e da miséria não são novidades e, vez ou outra, aparecem

nos altos escalões da administração mundial, como na direção da ONU e do FMI. Krugman não se esquece de registrar que a nova visão - “de que uma desigualdade elevada prejudica o crescimento e de que a redistribuição pode ser boa para a economia” - baseia-se em “provas sólidas, vindas de instituições como o FMI” e “ganhou o apoio de um relatório da Standard & Poor’s”, que sustenta a tese de que uma desigualdade muito forte prejudica o crescimento (*idem*).

### **A estratégia afirmativa dos gastos sociais crescentes**

A seleção e análise das fontes, nesta série de ensaios, orientam-se pela hipótese de que a estrutura produtiva brasileira impossibilita a eficácia das políticas públicas voltadas para as necessidades dos trabalhadores. A atual política social governamental é constrangida a fazer vistas grossas para o crescimento, a qualquer custo, da economia, no momento em que é preciso priorizar os gastos sociais e a defesa da economia contra os efeitos de uma grave crise da economia mundial. Não pretendemos dar conta da realidade empírica em que tal estratégia governamental possa confirmar nossa hipótese, pois nosso intuito restringe-se à busca de linhas de pensamento representativas dessa hipótese e que estejam contidas nas fontes utilizadas.

Entre as linhas de pensamento, nas colunas e reportagens de economia, há reflexões que priorizam as políticas de geração de qualidade de vida para os trabalhadores e expansão dos gastos sociais públicos, mesmo em tempo de desaceleração do crescimento. Para tanto, coloca-se em questão a via do crescimento *a priori* que, a qualquer custo, sacrifica os trabalhadores no

aguardo de futuros benefícios do crescimento. No entanto, o ideário econômico predominante é, excessivamente, centrado em questões do crescimento, como a questão do “tripé”, uma hipertrofia economicista que pode ser corrigida por um redirecionamento, como sugerido no apelo do economista Belluzzo, pela maior participação dos sociólogos:

Porque o tripé faz parte do consenso dominante. O cara não quer saber, quer falar do tripé. Todo o dia ele vai, ajoelha de manhã e reza para o tripé. Isso é o consenso. Precisamos de mais sociólogos e menos economistas. Precisava fazer uma análise sócio-psicológica desse fenômeno. (BELLUZZO, in LUCENA, 29.12.2013, p. A17)

Um dos temas de maior interesse da sociologia, o antagonismo entre as classes sociais e a luta pela emancipação humana, não recebe a mesma ênfase do pensamento político-econômico conservador e dominante. Assim, o estudo das políticas sociais é dividido, principalmente, entre a sociologia e outras ciências sociais e afins.

O relativo sucesso das políticas sociais, nas primeiras décadas do processo de industrialização nacional, sob o modelo desenvolvimentista getuliano, contou com ampla mobilização popular, grandes movimentos de massa, até que estes movimentos fossem interrompidos pela ditadura de 64. No processo de redemocratização, emergiram novos movimentos sociais de amplitude, por um curto período, e seguiu-se um período de desmobilização, como parte de um amplo desmanche das instituições econômicas e sociais pelo pós-fordismo e reengenharia da produção. Neste cenário, a desindustrialização forçada e cortes nos investimentos públicos resultaram, em

grande parte, da exigida “obediência” às lições do FMI. A superação desta “obediência” foi tema em pronunciamento recente do governo. Se, por um lado, o exigido “enxugamento” das finanças públicas, incluindo cortes de gastos, privatizações, demissões, pagamento da dívida externa, etc., aliviou as contas públicas e ampliou a capacidade financeira da economia brasileira, por outro lado, subordinou a economia ao capital financeiro e a riqueza expropriada continuou se concentrando, contra sua canalização para o atendimento às necessidades das classes trabalhadoras. No entanto, aponta-se para o fato de que, nas duas últimas décadas, todos os governos do país mantiveram um nível de custeio dos gastos públicos. A política de manutenção e/ou ampliação dos gastos sociais foi preservada, apesar dos mais variados contratemplos, entre os quais, as pressões externas e devastadoras da atual crise, em nível mundial.

Com subtítulo muito sugestivo, “As finanças hoje: mais parasitas do que esteios”, esta seção do artigo de Serfati, integrante da obra “A Mundialização financeira”, de Chesnais (SERFATI, 1998, p. 141), abriu-nos caminho para desocultar e desmitificar o velho engodo em torno dos capitais que, ditos “abridores de emprego”, mais que empregos, produzem barbárie – exploração da força de trabalho, desemprego, miséria, especulação financeira, improdutiva, o lucro fácil – em prejuízo dos investimentos produtivos e da diminuição da desigualdade. A especulação financeira segue a lógica do não investimento, ou seja, a lógica que assenta o capital financeiro na busca de lucros (juros) maiores que os do investimento produtivo. Vem ocorrendo, desde a década de 1980, uma transformação na histórica relação entre força de trabalho

e capital produtivo, quando toda a sociedade torna-se submissa ao capital financeiro:

O lugar do capital-dinheiro de empréstimo e do crédito é analisado por Marx e por Keynes.<sup>1</sup> Segundo eles ressaltam, estes não deveriam sair de uma posição subordinada, correspondente ao papel de “esteio” aventado pela *Revue d’Economie Française*, pois, definitivamente, é a movimentação da força de trabalho a fonte do valor. No entanto, os anos 80 e 90, bem como as significativas porções extraídas do valor criado, indicam que se chegou ao oposto do que Keynes expressava como “doce eutanásia” do capitalismo. A força de trabalho e o ciclo produtivo estão, cada vez mais, em movimento para satisfazer às exigências do capital portador de juros.

As exigências de remuneração do capital “rentista”, nos últimos quinze anos, atingiram um grau tão importante que as taxas de juros se situam em níveis historicamente elevados e ocasionam uma mudança considerável da relação de forças em favor do capital de empréstimo, em detrimento do capital produtivo. (SERFATI, 1998, p. 170)

Abrir empregos e eliminar empregos se equivalem, pois ambas as direções tem um único sentido: fazer crescer o capital. As indústrias propiciam a acumulação do capital através de seus ativos financeiros, porém, estes ativos,

---

<sup>1</sup> Para Marx, ver, por exemplo, o capítulo XXVII (o papel do crédito capitalista na produção capitalista) do livro III d’*O Capital* e, para Keynes, os textos consagrados às finanças de empresa, nos escritos posteriores à *Théorie générale*, cujas lacunas sobre esta questão eram, segundo ele, “um erro grave”. J. F. Goux, “Keynes et la ‘finance’ d’entreprise”, *Revue Française d’Economie*, vol. 4, n° 3, verão 1989. (Nota de Serfati)

por seus objetivos específicos, não se destinam a fazer crescer a produção. O capital rentista é auto-referencial, especulativo, faz ampliar a si próprio. Para que produzir? Para que abrir indústrias, se os lucros são maiores, na mera movimentação da roleta financeira?

Qualquer avanço histórico, nas políticas sociais e ganhos reais dos trabalhadores, é uma conquista obtida, em parte, pela luta dos trabalhadores e, por outra, pela própria dinâmica do regime de expropriação do trabalho e produção da abundância, com o avanço da divisão do trabalho, tecnologia e produtividade. Os gastos sociais governamentais, como outras formas de assistência e “ajuda aos pobres”, costumam ser, freqüentemente, a única tábua de salvação dos segmentos sociais mais necessitados e sua suspensão ou aplicação de cortes seriam cruéis, privando os pobres de um atendimento à vida. No entanto, o objetivo de gastos sociais crescentes é de natureza paliativa, circunstancial, efêmera. Na acumulação do capital, o socorro aos pobres não tem nenhum substitutivo permanente de alcance estrutural, uma vez que a lógica de produção de mercadorias é a lógica da reprodução da miséria. Contraditoriamente, os benefícios da “ajuda aos pobres” promovidos pelo Estado matam a fome, de imediato, e fazem minorar outros sofrimentos, porém, voltam-se contra os próprios trabalhadores, uma vez que a própria “ajuda” constitui um mecanismo de fortalecimento da própria acumulação do capital e dominação econômica. A lógica da diminuição da desigualdade não toca na essência do regime de propriedade e acumulação. Na tendência histórica do capitalismo tardio para a organização da sociedade em índices elevados de afluência, abundância, lazer, entretenimento,

prazer e todo tipo de desejos liberados, tais “conquistas” são créditos que a indústria cultural, mistificação das massas, tributa à “boa sociedade”, confinando as grandes massas na satisfação, conformismo e integração. É a paralisia da mente, típica de uma sociedade sem oposição. Assim, a tirania libera o corpo e aprisiona a mente, como dito por Tocqueville e repetido por Adorno e Horkheimer:

A análise feita por Tocqueville há cem anos foi plenamente confirmada. Sob o monopólio privado da cultura sucede de fato que "a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sobre a alma". Aí, o padrão não diz mais: ou pensas como eu ou morres. Mas diz: és livre para não pensares como eu, a tua vida, os teus bens, tudo te será deixado, mas, a partir deste instante, és um intruso entre nós.<sup>2</sup> Quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado. (ADORNO e HORKHEIMER, 2009, p. 15-16)

Se a impotência espiritual dos trabalhadores é um prolongamento da sua própria impotência econômica, até que ponto as duas impotências aumentam, em contradição com a expansão da riqueza expropriada pelo capital? Os modos de promoção da qualidade de vida dos trabalhadores não são, contraditoriamente, formas de reprodução de suas próprias misérias e da intocabilidade do regime de propriedade e acumulação?

<sup>2</sup> A. De Tocqueville, *De kt Démocratie en Amérique*, Paris, 1864, fl. 151. (Nota de Adorno/Horkheimer)

### **A natureza humana livre e sua negação: a apropriação do trabalho alheio**

Onde encontrar uma fundamentação teórica para uma crítica da economia política, especialmente, em torno da exploração do trabalho e a acumulação do capital (trabalho acumulado)? Por quê a crítica da economia política afirma que o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz? Enquanto tais contradições não são, historicamente, superadas, por quê a abundância da riqueza gerada não é canalizada para todos os trabalhadores e suas famílias, sem exceção?

A primeira geração da Teoria Crítica (Instituto de Pesquisa Social / IPS, da Escola de Frankfurt) acolheu a crítica de Marx à economia política. No final do primeiro decênio de sua fundação (1923-1933), Marcuse publicou as “Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico” (1932), estudo em que interpreta os “Manuscritos econômicos e filosóficos”, de Marx. O estudo foi, certamente, o primeiro mais significativo sobre esses “Manuscritos de 1844” que, por sua vez, acabavam de ser publicados, tardiamente, em primeira edição, no mesmo ano, 1932, em que Marcuse debruçou-se sobre eles. Na mesma ocasião, Marcuse ingressou no IPS.

Marcuse registra que Marx partiu da aceitação dos fundamentos da economia clássica. O jovem Marx havia preservado grande parte desses fundamentos, como a acumulação do capital, e acrescentou novos paradigmas econômicos e filosóficos, entre os quais, o “trabalho alienado”. Nas seções destinadas à crítica da economia política, os “Manuscritos” endossam conclusões de Smith, Say e Ricardo, entre outros, e avançam, na construção da teoria do valor e trabalho alienado

que desembocariam n' "O Capital". Da seção "O trabalho alienado", extraímos a seguinte citação, também destacada por Marcuse, pois seu conteúdo tem a chave para uma reflexão sobre a relação entre a atual produção da abundância e o empobrecimento do trabalhador:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2004, p. 80)

Em seu estudo, Marcuse destaca a citação, acima, extraída dos "Manuscritos", entre muitas outras, em torno da dialética entre o processo de realização humana omnilateral, plena e livre, e a total desrealização:

Na sociedade, o trabalho produz não somente mercadorias (isto é, bens livremente alienáveis no mercado) como também produz "a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria", sendo que o trabalhador se torna "mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz" (págs 82 e segs.)<sup>3</sup>. Não se trata apenas de que o trabalhador perca o produto de seu próprio trabalho, isto é, cria objetos alheios para pessoas estranhas a êle, não apenas de que com a progressiva divisão do

trabalho e tecnização do trabalho, o trabalhador "espiritual e fisicamente seja rebaixado a máquina e se transforme de homem em uma atividade abstrata e em um estômago" (pág. 42) – o trabalhador "deve até mesmo "vender a si mesmo e sua humanidade" (pag. 44), transformar-se êle mesmo em uma mercadoria, para poder existir como sujeito físico. Assim o trabalho, em vez de uma manifestação de todo o homem, se transforma em "exteriorização", em vez de plena e livre realização do homem, se transforma em total "desrealização": ele se apresenta de tal forma como desrealização que o trabalhador é desrealizado até o estado de inanição" (pag. 83). (MARCUSE, 1972, p. 15)

Assim, nove décadas após os "Manuscritos", Marcuse aponta para a atualidade da análise marxista. Hoje, passados 170 anos dos "Manuscritos", é possível reiterar essa mesma crítica à economia política que, sob o capitalismo tardio, move-se apenas no terreno econômico do universo de coisas e mercadorias:

Exatamente porque a Economia Política burguesa não tem em mente a essência do homem e sua história, não sendo, portanto, no sentido rigoroso da expressão uma "ciência do homem" e sim uma ciência de monstros<sup>4</sup> e de um universo inumano de coisas e mercadorias - exatamente por isso é preciso que ela seja reformulada inteiramente pela crítica; de fato, ela não se apercebe em momento algum de seu verdadeiro objeto, o homem. Pelo mesmo motivo é feita uma crítica severa do "comunismo grosseiro e irrefletido" (pág. 112), porque ele tampouco se situa na realidade da essência humana,

<sup>3</sup> Nesse trecho, Marcuse explicita várias páginas da edição dos "Manuscritos...", para traçar múltiplas relações entre os conceitos marxianos.

<sup>4</sup> *Unmensch*: etimologicamente, não-homem ou seja, ciência de não-homens. (Nota do tradutor)

porque se move apenas no terreno econômico do universo de coisas e mercadorias, porque permanece dentro da "alienação". (MARCUSE, 1972, p. 15-16)

### Conclusão

O universo do pensamento, no breve e significativo período entre as "jornadas de junho" de 2013-2014, sobre as relações entre economia política e gastos sociais, reúne uma grande diversidade de opiniões de economistas, jornalistas, administradores, empresários, filósofos, cientistas sociais, líderes sindicais e ativistas de movimentos sociais, entre outros. Um emaranhado de opiniões, com tendências as mais controvertidas, está, predominantemente, distante do rigor e aprofundamento de uma economia do trabalho, pois deixa em segundo plano ou exclui a raiz da acumulação e concentração do capital.

Como dito no ensaio anterior, delimitamos nosso objeto de estudo ao universo de análises e opiniões veiculadas pela "Folha", na busca de modos de pensar que se afastam ou se aproximam da dialética do trabalho e acumulação do capital, como chave para o entendimento dos empecilhos às políticas públicas e programas sociais. Tal dialética está na própria realidade social, porém, as obnubilações, nuvens que ofuscam o pensamento, tornam o pensamento impotente para dissipá-las. A perda da autonomia do pensamento impede à economia política de pensar as necessidades humanas como essência natural e livre, bem como a perspectiva de uma mudança qualitativa na direção de uma estrutura produtiva destinada ao atendimento das necessidades humanas, contra sua subordinação ao império da mercadoria.

Nos próximos ensaios, ampliaremos o raio da observação aqui iniciada, com mais exposições em torno de contribuições do pensamento de Belluzo, Delfim Netto, Bresser-Pereira, Domenico de Masi, André Singer, Samuel Pessoa, Marcelo Miterhoff, Henrique Meirelles, Maílson da Nóbrega, Eleonora Lucena, Vinicius Torres Freire, Alexandre Schwartzman, Marcos Troyjo, Valdo Cruz, Gustavo Patu, Ricardo Miotto e João Sayad, entre outros.

### REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos: Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo, Paz e Terra, 2009, 5-44

DESAI, Meghnad. Economia política. In BOTTMORE, Tom *et alii*. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 118-120.

KRUGMAN, Paul. 'O Capital...' revoluciona idéias sobre desigualdade / Política pública pode fazer diferença para deter desigualdade, defende Piketty / Riqueza tende a se concentrar, diz livro. **Folha de São Paulo**, 26 abr. 2014. Mercado 2, p. 2, 4 e 5. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/163061-o-capital-revoluciona-ideias-sobre-desigualdade.shtml/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/163065-politica-publica-pode-fazer-diferenca-para-deter-desigualdade-defende-piketty.shtml/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/163064-riqueza-tende-a-se-concentrar-diz-livro.shtml> Acesso em: 2 mai. 2014

\_\_\_\_\_. Desigualdade elevada prejudica crescimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 ago. 2014. Mercado, p. B6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/179831-desigualdade-elevada-prejudica-crescimento.shtml> Acesso em 09 ago. 2014

\_\_\_\_\_. O Pânico sobre Piketty. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2014 (*on line*). Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/2014/04/1445350-o-panico-sobre-piketetty.shtml> Acesso em: 10 ago. 2014

LUCENA, Eleonora de. Governo perde batalha para mercado financeiro, e país está em camisa de 11 varas, diz Belluzzo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2013. Mercado, p. A17. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/12/1391113-governo-perde-batalha-para-mercado-financeiro-e-pais-esta-em-camisa-de-11-varas-diz-belluzzo.shtml> Acesso em: 10 fev. 2014

MARCUSE, Herbert. Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico. In **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 9-55

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PESSOA, Samuel. O governo FHC e o gasto social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2014. Mercado, p. B13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/08/1501608-o-governo-fhc-e-o-gasto-social.shtml> Acesso em: 17 ago. 2014

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998, 141-181.